

Desencontro econômico ameaça deformar Carta

André Gustavo Stumpf

Brasília — A Constituinte livre e soberana, palavra de ordem da campanha "Muda Brasil", ameaça se transformar num problema a mais para o governo federal que, agora, está preocupado com a possibilidade de os desencontros econômicos terminarem modificando completamente os resultados dos trabalhos da Assembléia. O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, está trabalhando no sentido de preservar o funcionamento da Câmara e do Senado como

meio de proteger a Constituinte dos temas polêmicos da atualidade.

Além do problema político, a realização da Constituinte provoca desconfianças internas e externas. O nível dos investimentos estrangeiros no Brasil caiu significativamente no ano passado e o próprio governo federal tratou de evitar assuntos polêmicos e adiar alguns projetos importantes. E porque houve uma renovação significativa na Câmara dos Deputados (61%), o governo hesita, neste momento, em fazer contratações e realizar alianças políticas em torno da concessão de empregos nos estados.

No primeiro discurso à nação, o então vice-presidente no exercício da presidência, José Sarney, leu para o Ministério um discurso redigido por Tancredo Neves, prometendo a reforma do ensino. Nos dois casos, os ministérios e as áreas envolvidas avançaram muito nas suas propostas. A reforma tributária, por exemplo, obriga, além do debate sobre a redivisão da distribuição do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM —, a discussão sobre a composição da Federação, porque alguns estados poderão ser mais beneficiados que outros por causa da pobreza e da desigualdade social.

O projeto de reforma tributária está congelado porque envolve modificação constitucional e um debate amplo. O mesmo conceito impediu que prosperasse a reforma do ensino universitário. Existe em pleno funcionamento uma comissão especial para tratar do assunto no Ministério da Educação, mas a descoberta de questões polêmicas

também congelou o estudo. O debate principal sobre ensino universitário gira em torno de sua gratuidade e da função a ser exercida pelas escolas particulares.

Outro exemplo de assunto que discretamente deixou o noticiário político é a reforma da Previdência Social. O ministro Raphael de Almeida Magalhães trabalha na agilização de todo o sistema e aumentou em 32%, no ano passado, a arrecadação previdenciária, mas não fala mais na fixação da idade mínima para que o cidadão possa se aposentar. Essa questão, que é polêmica será discutida, se for, depois da decisão dos constituintes sobre a nova Carta. A lei de greve é outro assunto que está dormindo nas gavetas do Ministério do Trabalho e jamais foi enviado ao Congresso Nacional.

Ainda na área trabalhista também deixou de ser um assunto de debate a possibilidade de o Brasil instituir o pluralismo sindical, que prevê a criação de diversos sindicatos para cada categoria profissional. O Brasil

aderiu a uma convenção internacional, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, que disciplina o pluralismo sindical, mas impõe também que os sindicatos funcionem independentemente do estado, o que não ocorre neste país. A convenção deveria ser referendada pelo Congresso Nacional. Jamais foi colocada em discussão.

Mas o panorama financeiro demonstra o receio dos investidores. Segundo os dados do Banco Central, contidos no mais recente boletim de informações econômicas enviado aos credores internacionais, o volume de investimento direto de estrangeiros no Brasil foi, em 1985, de US\$ 720 milhões. Em 1986, os investimentos estrangeiros caíram para menos cem milhões de dólares. E as estimativas do Banco Central para 1987 prevêem uma modesta recuperação de investimentos estrangeiros. O Brasil poderia receber, de acordo com aquelas análises, 350 milhões de dólares de inversões originárias de outros países.

Discussão menor preocupa Sarney

O governo Sarney está atento à possibilidade de a Constituinte se transformar num palco de debates de assuntos do cotidiano. "É um risco" — diz um Ministro de Estado — que por causa de um problema localizado os constituintes introduzam um artigo na Constituição tornando defensivo aquilo que é provisório."

O porta-voz do presidente, Frota Neto, garante que o presidente José Sarney não transmitiu nenhuma instrução aos ministros, além da já conhecida: "O governo não pretende se envolver nem influir na Constituinte."

A primeira reação conhecida do governo Sarney é a de credenciar o ministro Marco Maciel como emissário do governo junto aos políticos para fazer com que Câmara e Senado, embora sem a iniciativa de propor leis, se transformem em fornos de debate dos problemas atuais. Essa é a fórmula para proteger a Assembléia Nacional Constituinte e fazer dela apenas um local de debate de assuntos constitucionais. O presidente Sarney, que é um político, conversa individualmente e sem formalidade com os deputados e senadores.

Mas também toma medidas de cautela. Por exemplo, sugeriu recentemente ao presidente de uma poderosa autarquia federal que suspenda temporariamente a nomeação de pessoas, a pedido de políticos, em qualquer lugar do Brasil. As cautelas presidenciais têm sua razão de ser: nem o Palácio do Planalto nem os mais competentes observadores da política brasileira sabem como vai se comportar, individualmente, essa massa enorme de novos deputados e senadores, que ainda não mostrou em Brasília a verdadeira face de seus compromissos.

Mas a "ameaça" da Constituinte apressou algumas decisões. O pacto entre patrões e empregados passou a ser uma urgência dentro do governo, o que faz alguns ministros e auxiliares do presidente lamentarem a pressa com que o assunto está sendo tratado. E os ministros da área econômica já sabem que na elaboração do pacote operam dentro de um "prazo político". Esse prazo terminará exatamente nesta semana, porque no próximo domingo será instalada a Assembléia Nacional Constituinte.

ANC 88
Pasta 20 a 30
Jan/87
084